

Parque dos Falcões: aves e humanos no espaço da linguagem¹

Beto Vianna – PPGA/UFS

Fernanda Batista dos Santos – DLI/UFS

Resumo

No Parque dos Falcões, localizado no município de Itabaiana, Sergipe, são acolhidas aves de rapina com uma história de maus tratos ou apreendidas no tráfico de animais silvestres. Além de santuário e centro de educação ambiental, o Parque tem como fonte de renda a prática da falcoaria, utilizada como sistema de controle de pragas. Chamam a atenção do visitante, as regularidades comportamentais na interação entre cuidadores e animais, mesmo as espécies tipicamente mais arredias ou os indivíduos mais traumatizados. Os guias do Parque explicam parte do comportamento adaptável das aves pela noção, padrão em etologia, de imprinting. O conceito, aplicado aos processos cognitivos e de aprendizado nas aves, ecoa o princípio da parcimônia de Morgan, corrente no discurso científico. No entanto, a observação da dança comportamental entre aves e cuidadores abre a possibilidade de descrições alternativas, colocando em questão o princípio explicativo em que padrões fixos de ação são postulados para o animal, e unilateral e intencionalmente manipulados pelo humano. Em consonância com as abordagens sistêmicas e situadas da cognição e do comportamento, propomos a observação e a descrição do acoplamento estrutural entre aves e humanos no Parque dos Falcões como um domínio linguístico, ou seja, um espaço relacional coontogênico e recursivo, responsável pelo modo como nós, observadores, distinguimos a dinâmica estrutural coordenada no encontro entre dois ou mais organismos. Nos termos da escola chilena conhecida como Biologia do Conhecer, a linguagem é uma coordenação consensual de condutas, um domínio linguístico estabelecido na recorrência e na recursão de ações consensuais coordenadas.

Palavras-chave: Parque dos Falcões, linguagem, coontogenia

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF

1 Introdução

Em um auditório com capacidade para – digamos – 50 pessoas, 40 delas aguardavam sentadas e em silêncio, suas cadeiras encostadas à parede, formando uma ampla arena central. No meio do círculo, um cuidador do Parque dos Falcões tira da gaiola uma fêmea adulta de coruja suindara (*Tyto alba*), irrequieta, alvoroçada, e passa o animal para as mãos de Percílio, sentado no chão ao seu lado. Percílio começa a manusear o animal, enquanto relata o que está fazendo para o público presente, em voz baixa e cadenciada, tranquilizadora para todos nós (humanos e suindara). É quase possível ouvir as quarenta e poucas batidas lentas e quase simultâneas de coração no interior do auditório. Estamos todos relaxados, beirando a hipnose, mas apenas a ave fecha os olhos, cessa gradativamente os movimentos e finalmente assume uma postura rígida, inerte. Percílio segura a suindara pelo bico e balança o corpo pendente do animal, que não eriça uma pena sequer. Três ou quatro minutos depois (o público ainda em silêncio, ouvindo a voz sussurrada do hipnotizador), Percílio muda a postura, desconecta-se da suindara, e o encanto se desfaz. A ave recupera depressa a disposição alerta, agitando as penas, os olhos vivos e a cabeça movendo-se em ziguezague para triangular o ambiente, como bem faz toda boa coruja. Despertada a suindara, o resto de nós também sai do transe, e o auditório recupera aquele burburinho típico de uma sala cheia de gente.

Vivemos essa experiência mesmerizante durante um curso de manejo no Parque dos Falcões, um centro de educação ambiental e de reprodução, reabilitação e treinamento de aves de rapina na Serra de Itabaiana, no agreste de Sergipe. O Parque (de agora em diante, PF), uma das poucas instituições autorizadas pelo IBAMA para tanto, acolhe animais apreendidos da caça ilegal ou vítimas de maus tratos no cativeiro ou em campo aberto (alguns animais, de fato, chegam ao PF por suas próprias asas). Em alguns casos, os animais são reabilitados e soltos. Quando isso não é possível, permanecem aos cuidados do pessoal do PF, constituindo família ou isolados, e alguns, nascidos ou não no Parque, são treinados para o controle biológico de pragas, usando as técnicas da falcoaria. Muitos simplesmente deixam-se ficar por ali, vagando soltos no Parque dos Falcões. Cerca de 300 pássaros convivem, entre si ou com os humanos, nas dependências do PF. Em uma contagem recente dos próprios cuidadores, habitavam o PF 39 gaviões (e águias) de dez

espécies diferentes², 24 falcões (seis espécies), 42 corujas (sete espécies) e seis urubus (três espécies). Além das aves de rapina, abrigam-se no PF, ainda, cerca de 20 patos domésticos (*Anas sp.*), três gansos (*Anser sp.*), seis seriemas (*Cariama cristata*), cerca de 150 pombos-correios (*Columba livia*), e um número indeterminado (entre uma e duas dezenas) de galinhas (*Gallus g. domesticus*), galinhas da angola (*Numida meleagris*) e pavões (*Pavo cristatus*), havendo, inclusive, híbridos entre essas duas últimas espécies.

A fluência com que os dois cuidadores-responsáveis pelo Parque dos Falcões, Alexandre, e em especial, Percílio (o encantador de corujas do início desta introdução) interagem com as aves – cativas ou soltas, nativas ou recém-chegadas – impressiona tanto os visitantes de fim-de-semana quanto os profissionais (criadores de pássaros, falcoeiros, veterinários, biólogos, agentes ambientais) que, por gosto ou ofício, ou ambos, frequentam o PF. No nosso caso, devemos assumir que alguns de nós, investigadores da linguagem e da cultura humanas, também se interessaram pelos processos interacionais ali observados, ou observáveis.

Começamos a perguntar sobre o relacionamento entre cuidadores e aves do Parque dos Falcões em 2015, inicialmente no curso de extensão “Linguagem não-humana: coontogenia e espaço relacional”, oferecido no campus de Itabaiana da Universidade Federal de Sergipe. Desde então, estivemos uma dezena de vezes no PF – em visitas guiadas, pesquisas de campo e entrevistas com os cuidadores – incluindo uma imersão de quatro dias em agosto de 2018 para o curso de “Manejo, reprodução e treinamento de aves de rapina”, oferecido pelo pessoal do PF, de que participaram os autores deste artigo. Com a formação do grupo de pesquisa INUMA - interfaces humano e não humano, por professores e alunos do curso de Letras de Itabaiana (DLI) e do Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA) da UFS e colegas de outras instituições, realizamos outros cursos de extensão ligados ao tema nos campi sergipanos de São Cristóvão e Itabaiana. Desde 2017, vimos desenvolvendo uma pesquisa continuada de iniciação científica, voltada para os processos interacionais de aves e humanos no Parque dos Falcões – ou, traduzido nos nossos termos, sobre esse espaço relacional de linguagem.

² Os termos “gavião” e “águia” não distinguem necessariamente táxons diferentes, mas são usados de modo mais ou menos aleatório para animais de vários gêneros aparentados de aves de rapina. Geralmente, “águia” é aplicado às espécies maiores, mas há exceções: a harpia (*Harpia harpyja*), uma das maiores águias do mundo, é popularmente conhecida como gavião-real ou gavião-de-penacho (SIGRIST, 2013).

2 Prós e contras de ciências desanimadoras

As regularidades comportamentais observadas na interação entre os cuidadores e os animais do Parque dos Falcões são mesmo notáveis, e ensejam as mais variadas explicações, de leigas (amadoras, do senso-comum) a científicas, que é como nós, justamente os cientistas, costumamos dividir, segundo sua suposta legitimidade, as explicações. Prefaciando um livro de Vinciane Despret, nos diz Bruno Latour (2016, p. vii; tradução nossa):

O problema com animais é que todo mundo tem alguma experiência com eles, e toneladas de ideias sobre como eles parecem, ou não parecem, humanos. Quando você tenta oferecer algum relato sistemático sobre seus modos, você é imediatamente confrontado com uma enxurrada de “mas meu gato faz isso”, “eu vi no YouTube um leão fazendo aquilo”, “cientistas mostraram que golfinhos conseguem fazer aquilo outro”, e assim por diante.

E logo adiante:

A maioria dos cientistas, quando confrontados com essa algazarra de relatos alternativos, irá tentar se distanciar de todos eles, começar do zero, e imitar tão exatamente quanto possível o que seus colegas cientistas das áreas vizinhas têm feito com os objetos físicos e reações químicas. O que quer que pessoas comuns, donos de pet, criadores, ambientalistas e apresentadores de documentários de TV tenham dito, será posto de lado como meras “anedotas”.

O que Latour descreve, sugerimos, não é apenas a atitude de um cientista ou outro, ou mesmo da maioria deles (de nós, afinal), mas a história da *etologia* como ciência autônoma, um corpo de conhecimento sobre o comportamento animal purificado da “algazarra” em que sempre estivemos e ainda estamos metidos quando o assunto é descrever o que faz (e o que pode fazer) e o que não faz (o que não pode fazer) um organismo não humano, em particular, um *animal* não humano. A etologia surge nas três primeiras décadas do século XX, pelas mãos de Konrad Lorenz e Niko Tinbergen, seus expoentes mais famosos e seminais (TINBERGEN, 1951; LORENZ, 1995; INGOLD, 2008), com a missão bastante digna de arejar o estudo do comportamento animal dos excessos (ou escassez, em riqueza descritiva) positivos do behaviorismo, que não fazem

jus nem à potencial *variabilidade* comportamental de seus sujeitos investigados (condenados a reagir seletivamente a estímulos estereotipados) nem à sua *diversidade* comportamental, os muitos modos de ser e de agir conservados nas diferentes linhagens de seres vivos. Mas os etólogos não escaparam do medo, quase congênito entre os cientistas da natureza, do pecado de *antropomorfismo* – a concessão de atributos humanos a animais e outros seres – e, em geral, esforçam-se ao máximo para *desanimar* seus animais, tentando manter seus experimentos livres de interferência dos desejos humanos nas respostas de seus sujeitos naturais. O laboratório (e em outra medida, também o campo) converte-se assim no contraditório espaço em que, apenas criando “as condições altamente artificiais da experimentação” o cientista é capaz de detectar o que os animais *realmente são*, “livres da imposição artificial de valores e desejos humanos” (LATOURET, 2016, p. viii).

O livro de Despret (de que citamos o prefácio latouriano) tem o nome sugestivo, para os nossos propósitos, de *O que os animais diriam se fizéssemos as perguntas certas?* (DESPRET, 2016; tradução nossa). Um título provocativamente antropomórfico, ou animador, que visita duas questões que tocamos tanto neste artigo quanto, mais amplamente, na pesquisa a que nos propusemos fazer no Parque dos Falcões. Em uma estrutura de dicionário (em que cada capítulo leva a letra respectiva do alfabeto), a autora desfila estudos de caso em que os nossos relatos sobre o que fazem os animais são transformados em relatos sobre o que fazemos *com eles* (ou seja, *ao lado deles*, e não a despeito deles), não apenas questionando princípios necessariamente desanimadores da investigação científica de animais não humanos, mas, principalmente, fazendo-nos *hesitar* diante de qualquer explicação (desanimadora ou não), convidando-nos a desacelerar, a ir mais devagar com a atribuição de características e explicações triunfais, que apenas irão tornar os animais, e, portanto, a nós mesmos, mais estúpidos (*rendre bêtes les bêtes*, na língua original da autora) ou mais atrativos, para diferente propósito, e com diferentes consequências.

O exemplo salta aos olhos logo na abertura do abecedário de Despret (2016, p. 1): “A de Artista: estúpido como um pintor?”. A autora revisita casos de animais pintores (chimpanzés, cães, elefantes), e o veredito dos cientistas, que, para a decepção dos fãs, derrama a verdade como um balde de água fria: as obras de arte não *realmente* produto do gênio desses animais, ou seja, eles não são seus autores, mas reagem mecanicamente

a sugestões externas (um contato do cuidador, por exemplo). O texto de Despret não merece ser resumido em fórmulas fáceis (se seu propósito é exatamente fazer-nos ir devagar), mas uma pergunta da autora me parece emblemática: e nossos pintores humanos, fazem o serviço sozinhos? Os animais pintores, em todo caso, agem juntos com seus cuidadores, e aquilo que apreciamos, como consumidores da obra, é o produto final desse agir conjunto. No mínimo.

Estamos aqui, portanto, não domínio do social como polo purificado (LATOUR, 2012), que só pode dizer respeito às interações humanas e seu caráter ruidoso (animador, por certo) de intenções e desejos que nascem nos indivíduos para configurar as relações conflituosas ou harmoniosas da sociedade. Estamos, se quisermos hesitar junto com Despret, no domínio das *socialidades*, uma potencialidade atualizada a partir de sua realidade relacional, dos afetos mútuos entre agentes de pleno direito. Trocamos o conceito de indivíduo (o átomo humano com suas crenças constitutivas) pelo de pessoa, que só se realiza, e apenas temporariamente, em sua capacidade de gerar e conservar relações recíprocas. Um ente imerso numa matriz de relações – um animal pintor afetado por seu cuidador, tanto quanto uma ave imóvel, mas geradora de afetos – é uma pessoa, uma vez que “relação não é uma habilidade específica, mas uma condição imperativa à existência, seja existência para os humanos ou não” (VIANNA; MAIA, 2017, p. 7). .

O afeto mútuo, o agir juntos, a co-agência, enfim, dos animais, na configuração de nossas “socialidades interespecíficas” (VIANNA; MAIA, 2017), nos leva à outra questão suscitada pelo título dessa obra de Despret. Um *dizer* do animal não precisa fazer referência apenas à atenção para sua agência, a darmos voz a um ente não-humano por reconhecermos que somos afetados ele. Diz respeito, também, à condição do animal enquanto organismo, enquanto ser vivo. O viver de um organismo permite tantas versões (tantas experiências *de* mundo, e tantas experiências *em* um mundo) quantos forem seus modos cambiáveis de vida e os (per)curtos de sua história ontogênica (de seu surgimento como sistema vivo até a sua morte). Por sua vez, o viver coontogênico (os encontros recorrentes de um organismo com outro ser vivo) afeta mutuamente as disposições de ação dos organismos em interação (VIANNA, 2011). Isso se dá igualmente com um humano, com uma coruja, ou com um sistema unicelular. O que é peculiar a nós, aves e humanos, e diferente de uma bactéria, é que conservamos em nossas respectivas linhagens um sistema nervoso neuronal, que expande nossas possibilidades de acoplamento

estrutural (com o meio, que pode ser outro sistema vivo). É essa plasticidade do sistema nervoso (atribuída exclusivamente ao humano em grande parte da literatura acadêmica, um equívoco desastroso; ver Vianna, 2011) que permite a humanos e corujas mudarem seus modos de afetar e ser afetados em situações completamente novas. Processos coontogênicos recorrentes, portanto, ao menos no caminho explicativo que seguimos aqui, são *domínios linguísticos* (MATURANA, 1997): configuram espaços relacionais de perturbações mútuas recorrentes entre sistemas vivos, que afetam o curso do viver dos organismos participantes da interação e formam redes de conversação que se distinguem (temporariamente, e de modo dinâmico) das redes formadas pelos processos interacionais de outros organismos, ou seja, formam sistemas sociais diversos que irão conservar modos de vida também diversos.

As ciências linguísticas, tal como a etologia, também têm se comportado como um campo do saber desanimador, mas de forma ainda mais dramática, pois ao contrário da etologia, que precisa de organismos *efetivamente se comportando* para então oferecer suas explicações, a linguística se constituiu como ciência justamente abstraindo seu objeto por excelência – o código linguístico – de seus organismos linguajantes (VIANNA, 2017). E isso se mantém apesar dos caminhos mais recentes da disciplina, em que perspectivas históricas, pragmáticas, sócio-culturais, socio-cognitivas, e político-ideológicas se sobrepuseram à preocupação tradicional com a análise estrutural do código. O fenômeno *linguístico*, tal como aceito na comunidade de linguistas, continua sendo o sistema de correspondências forma-sentido da língua, ainda que atravessado, modulado e influenciado, ou às vezes até permitido, por fenômenos de outra natureza.

3 Aves

Podemos perguntar onde nasce a habilidade de Percílio para hipnotizar uma ave (ou a habilidade daquela coruja em ser hipnotizada por um humano). Mas, à exemplo das “perguntas certas” de Despret (que permitam tanto ao Percílio quanto à coruja nos dizer alguma coisa) precisamos de algo que nos faça hesitar, que nos faça ir mais devagar, para além de dilemas sobre a prioridade ontológica de ovos ou de galinhas. Propomos começar com algumas perguntas desanimadoras que têm sido feitas a respeito das aves.

Hipnotizar galinhas é uma longa tradição nas culturas ocidentais (provavelmente em muitas outras). Para ficar com o exemplo publicado mais vetusto, o jesuíta alemão Anastásio Kircher descreveu a técnica no século XVII: com os pés atados, a galinha é forçada a se deitar de barriga para baixo, e uma risca de giz é traçada no chão à sua frente, a partir do bico; quando se soltam os pés, o animal permanece imóvel (LYTHGOE, 1976). Outros autores observaram que riscar o chão é desnecessário para o sucesso da hipnose, mas o procedimento com o giz (talvez pelo efeito de cena) continua o mais popular. A capacidade de permanecer inerte ocorre em vários táxons animais (tubarões, gambás e baratas são os mais famosos), e é conhecida como *imobilidade tônica* (GALLUP, 1977), uma estratégia contra ameaças externas, “fingir de morto”, como dizemos por aí. Mesmo paralisado, o animal pode ser capaz de monitorar o ambiente para, dada a oportunidade, escapar do predador. Enquanto fenômeno induzido pelo humano, no entanto, certas aves, e dentre todas as galinhas, são as estrelas do show, e a imobilidade provocada popularizou-se como “hipnose animal”, o caso-modelo do padre Kircher.

O que une a imobilidade tônica e a hipnose animal é a explicação adaptativa, corrente na literatura etológica, de que o animal *reage* ao estímulo externo (a ameaça real ou a simulação de ameaça) liberando um padrão fixo de ação – evidência de um “mecanismo liberador inato”, na fraseologia de Lorenz (1995, p. 208) –, a imobilidade. O valor adaptativo de um mecanismo assim é irresistível como explicação: um artifício para se livrar de predadores, por menos sucesso que tenha em situações particulares, ainda é melhor, em termos da sobrevivência e, por conseguinte, de sucesso reprodutivo, que defesa nenhuma (ALCOCK, 2011). O animal, em outras palavras, não poderia (re)agir de outro modo: é da sua natureza. Assim se explicam, também, as diferenças entre espécies: umas desenvolveram a adaptação, outras não. No caso da hipnose animal, o caso é sutilmente diferente, pois as galinhas, embora não pertençam oficialmente ao clube dos seres que se fingem de mortos na (e por) natureza, são, mais facilmente que outros, conduzidas a esse estado pela interferência humana. O estigma da galinha é outro.

A galinha, como quase todo bípede dos Parque dos Falcões, pertence ao grupo Aves, o único e bem-sucedido clado sobrevivente dos Dinosauria, com cerca de 10 mil espécies conhecidas –, e que sofre, mais que outras linhagens, com o discurso desanimador do organismo (des)articulado por uma natureza imponderável – o instinto, os mecanismos estereotipados ou inatos de ação – e as contingências de seus encontros com outros

organismos, humanos ou não. As aves são tristemente famosas por seus padrões de aprendizado do tipo sim-não, modificando o comportamento de modo (aparentemente) previsível a partir de estímulos específicos. Essa natureza inflexível é perversamente explorada por outros organismos, incluindo outras aves, até da mesma espécie ou da mesma família. O cuco (*Cuculus canorus*) coloca seus ovos no ninho de pássaros de uma espécie menor. Os pais, programados (dizemos nós) para alimentar quem estiver no ninho, irão criar o filhote de cuco, e condenar seus próprios filhotes à inanição. Mais chocante (para nós) que o parasitismo do cuco é o fratricídio que, em aves nidificadoras, pode ser descrito como “empurrar o irmão do ninho”. Após a queda, o filhote deixa de ser visto como membro legítimo da família, e não é mais alimentado.

O ninho nem precisa ser uma estrutura física. Pode ser um *espaço sinalizado*, grafado no solo com excremento, e assim reconhecido por seus ocupantes, como ocorre entre os sulídeos, o atobá grande (*Sula dactylatra*) e o atobá-de pés-azuis (*S. neboxii*), duas aves costeiras (ANDERSON, 1990; GOULD, 1992). Ambas põem, a cada ninhada, dois a três ovos no centro do anel. Quando a comida é abundante, todos os filhotes de atobá grande emplumam e sobrevivem. Quando a comida é escassa, o filhote mais velho (os ovos eclodem em momentos distintos) empurra para fora do anel o mais novo, que é impedido pelos pais de voltar. No caso do pés-azuis, *obrigatoriamente* são colocados dois ovos, e *obrigatoriamente* o irmão mais novo é empurrado. Os comportamentos de fratricídio “variável” e “obrigatório” dos filhotes, e o comportamento inflexível dos pais (tratar como intruso tudo que está fora do anel), sugerem que, embora estejam bem ajustados às estratégias de sobrevivência desses animais, são comportamentos pobres se comparados à nossa flexibilidade. Uma chave de decisões binárias não se compara (dizemos) às sutilezas cognitivas de organismos como nós, humanos, ou nós, mamíferos.

É nesse quadro de rigidez aviária que o mecanismo do *imprinting*, ou *estampagem*, se popularizou na literatura científica (LORENZ, 1986; SLUCKIN, 2009; ALCOCK, 2011). Trata-se de uma classe de processos de modificação de comportamento (ou seja, de aprendizagem) que pode depender de janelas precisas ou precoces para sua ativação, conhecidas como *período crítico*. O *imprinting* é flexível (e, portanto, manipulável) quanto à fonte do estímulo, mas tem efeitos comportamentais duradouros, persistindo pela vida adulta afora. Do ponto de vista evolutivo, o mecanismo parece atraente, pois saber precocemente e de forma permanente a quem seguir, socializar ou acasalar trará

vantagens também duradouras para o animal estampado. Isso no caso do modelo adulto (a fonte do imprinting) ser um membro da própria espécie, o que é esperado nas condições ditas naturais (a primeira visão de uma ave filhote, se ela não for um cuco, costuma ser a dos pais naturais). Mas isso pode dar errado, e boa parte da literatura etológica especializou-se em mostrar como, em condições manipuladas, as aves são particularmente suscetíveis ao imprinting,

Parte do protagonismo aviário no imprinting é explicada historicamente pelo protagonismo humano de Konrad Lorenz, pai fundador da etologia, e responsável por toda uma iconografia que envolve a ele mesmo, seus sujeitos e seus princípios explicativos: gansos seguindo a mamãe postiça Lorenz, na terra e na água. Podemos, também, reconhecer o papel das próprias aves na construção humana do objeto natural animal. Como os mamíferos, as aves têm uma longa história de participação nos afazeres humanos, do simples compartilhamento dos territórios ocupados (da floresta à cidade), até à caça, à apropriação simbólica e à domesticação. Alguns estudos dão ao gênero *Gallus* uma antiguidade de 10 mil anos em companhia humana (XIANG, 2014), lembrando que a domesticação (e suas mais conspícuas evidências arqueológicas) não foi a primeira nem, necessariamente, a mais importante relação estabelecida entre as aves e os humanos, antepassados ou contemporâneos. De todo modo, somos imprintados pelas aves há um tempo considerável.

Seguindo novamente a sugestão de Despret, o que podíamos antes perguntar é *como as aves nos afetam?* de preferência à pergunta *que visão temos das aves?* que, não nos permite avançar para além da objetificação natural, mobilizável ou não no universo de interesses da nossa própria espécie. Pouco, no Parque dos Falcões, seja por nossas observações (e registros) e pelas conversas que mantivemos com os cuidadores, corrobora o quadro basicamente desanimador (no sentido que vimos dando aqui a esse termo) dos processos de aprendizagem e comportamento social das aves, principalmente se comparados ao humano e outros mamíferos. É verdade que os próprios cuidadores utilizam, para explicar parte do comportamento adaptável (ou para explicar parcialmente esse comportamento) das aves, a noção de imprinting. Mas mesmo o uso desse conceito se transforma na dinâmica do parque. Distanciando o imprinting do comportamento estereotipado, inflexível, ou imutável (como um membro da classe dos *instintos*, ou seja, os padrões de ação com origem filogenética, mesmo quando dependem de estímulos

externos para surgirem no animal; ver Tinbergen, 1951), os cuidadores falam desse processo como um *evento*, um dado da experiência social do animal que sempre pode ser contornado, ou *re-eventado*, mesmo quando “difícil”. Alexandre nos diz, por exemplo, que aves “imprintadas” não irão conseguir se reproduzir em cativeiro, e muito menos reintroduzidas em ambiente livre, pelos problemas de socialização (ou mesmo de alimentação) que irão enfrentar na natureza. No entanto, minutos depois podemos ouvir o cuidador nos contar a história de um imprinting que foi revertido. O que é comum às duas versões (ou seja, à versão e à reversão) é que o processo não envolve, como na imagem associada da “estampa” (do carimbo), uma superfície pronta para receber a “marca” do estímulo, mas uma dança comportamental em que o cuidador precisa trabalhar junto da ave (e portanto, conhecer a ave, ouvir a ave, e devir-ave), ao mesmo tempo em que o animal precisa conhecer e reconhecer o humano, vir-a-quase-tornar-se humano, devir-humano. A domesticação é, necessariamente, um processo de mão dupla.

4 Antropozoogênese e linguagem

Assim como os etólogos tentam se impor sobre um emaranhado de relatos humanos leigos sobre os animais não humanos (e assim como os linguistas tentam se impor sobre os falantes leigos que insistem em ter ideias próprias acerca da linguagem), os cuidadores do Parque dos Falcões também querem garantir que aquilo que fazem ali, ao lado das aves, seja aceito como válido nas redes de conversação de que participam (muitas delas vitais para a manutenção do próprio PF). Um modo de fazer isso é *antropofagizar* os processos de legitimação próprios da ciência, ou seja, pleitear a validação científica daquilo que praticam no Parque, seja utilizando elementos do jargão científico com seus públicos de interesse, ou mesmo adotando certas doutrinas de cunho paracientífico que também dão legitimidade aos afazeres do parque esse tipo de legitimação, ou assim entendem os cuidadores.

Ao mesmo tempo, os cuidadores estão cientes de que detêm conhecimentos próprios e altamente valorizados sobre as aves que, por experiência própria (ou seja, no contato com vários tipos de especialistas), sabem não estar disponível nos círculos do saber oficial. Acreditamos que, ainda que a primeira estratégia se mantenha como um ruído de fundo (a autoridade científica ainda conserva sua autoridade científica, principalmente para garantir que o que se faz no PF continue a ser configurado como uma manipulação

humana de objetos naturais e, portanto, de sua alçada) as relações estabelecidas entre cuidadores e aves no Parque dos Falcões, e o processo coontogênico e interespecífico que caracteriza essas relações, ainda são as principais forças integradoras e mobilizadoras das redes de conversa que configuram esse espaço.

Quando os cuidadores nos falam, por exemplo, de *vocalização* ou *linguagem corporal*, ainda que esses termos estejam adequados à linguagem desanimadora de “comunicação” animal (específica da espécie, mas, na grande escala, sempre contrastando com a condição especial do humano de só o humano *dizer algo*), sempre o contexto é uma ave em particular em uma situação interacional particular, e isso só faz sentido se fizermos referência ao espaço de relações configurado pelo afeto mútuo entre o cuidador e *aquela* ave. O tom geral dos cuidadores – de Alexandre e de Percílio –, bem como os eventos de atenção conjunta que pudemos observar e registrar entre humanos e aves, contrastam fortemente com os relatos desanimadores de que reclama Despret:

A explicação que mais frequentemente se impõe segue fielmente os esquemas tradicionais de nossa antropologia: os animais não têm história; eles participam de uma natureza imutável, cujas regras de modificações só podem ser vagarosas e deterministas. Apenas os humanos se transformam e fazem as coisas entrarem na história, nas suas histórias (DESPRET, 2008, p. 66).

Os discursos de Alexandre e Percílio diferem a partir de alguns espaços distintos que ocupam no PF, ao menos nas experiências que tivemos com eles. Na condição de *guia* do Parque, em que as aves são os objetos de apreciação, como em um museu, é esperado que Alexandre empregue relativamente mais elementos do discurso distanciado, objetivo, da autoridade acadêmica: ali estão os objetos naturais, e eles têm essas e essas características, sendo animados, agem dessa e dessa forma. Ao contrário das conversas sobre o manejo dos animais, em que os cuidadores sempre enfatizam a necessidade de se conhecer e ser conhecido, afetar e ser afetado, por uma ave em particular em uma condição particular, os animais são sempre referidos pelo guia como espécimes-tipos da espécie. Mesmo nesse caso, o resultado pode nos fazer hesitar.

Alexandre usa um recurso que é bem conhecido por guias de zoológico e parques naturais no mundo todo e, ainda assim, vale à pena pensar sobre o contexto em que isso acontece,

e os resultados para a interação guia-visitante-ave. O guia usa a primeira pessoa para falar do animal (enquanto membro da espécie), e a segunda pessoa (dirigindo-se ao grupo de visitantes) para se referir a algum organismo interactante, seja um humano, outro animal, ou outro membro da espécie. No registro abaixo, Alexandre explica um comportamento agonístico do urubu-rei (*Sarcoramphus papa*):

Guia: O pé é mais como um corte, né? Ele vai lhe cortar para lhe tirar de pé; mais uma distância de segurança. O bico, aí é que você vai ter que ter cuidado (...) Quando dois machos vão lutar, primeiro, linguagem corporal, visão; eu vou lhe avaliar e você me avalia, se nenhum dos dois desistir, aí a gente começa a trocar tapa com a asa, se ninguém desistir entra o pé, e se ninguém desistir entra o bico, aí já vem dilaceração e morte.

Visitante 1: Você faz de tudo para não chegar nesse ponto...

Guia: Você faz de tudo para não chegar nesse ponto. A gente só vai chegar nesse ponto se ninguém desistir. Entendeu? E mesmo assim, geralmente quando a gente vai com o bico, quando eu perceber que eu não me aguento com você, eu já vou me embora, não vai chegar ao tempo da morte, a não ser que pegue em alguma veia, alguma coisa assim.

(Registro feito em 13/05/2018 no Parque dos Falcões, Itabaiana, SE)

É curioso notar o visitante entrando no jogo (uma situação frequente em vários registros que fizemos das visitas guiadas). Ele diz para o guia: “*você* faz de tudo para não chegar nesse ponto”. O visitante não só reconhece o devir-urubu-rei do guia, mas assume o seu próprio devir-outro-urubu-rei, necessário para que um relato *sobre* a ave seja entendido – traduzido, seria melhor dito – do ponto de vista de um indivíduo particular daquela espécie, de um macho adulto de urubu-rei em uma situação de comportamento agonístico. Se inicialmente há um espécime-tipo da espécie, um objeto natural que cumpre o papel de narrado, e o urubu-rei de carne, penas e osso, bem ali na frente dos visitantes, é apenas uma ilustração viva do relato objetivo, ao colocar o visitante em *conflito* com o animal (mas veja: poderia ser um relato de acasalamento), o guia permite o entrelaçamento de afetos, colocando, por assim, dizer, todos na mesma gaiola.

Quanto a Percílio (*Homo sapiens*), conta-se que, aos sete anos de idade ganhou um ovo de presente, e colocou para uma galinha chocar. Do ovo saiu Tito, um carcará (*Caracara plancus*) macho que, ao que parece, ainda perambula solto pelo Parque dos Falcões. Independente dos desdobramentos de uma história assim, é difícil imaginar que qualquer

ave, muito menos uma fêmea adulta de coruja suindara (um predador implacável), sintasse ameaçada pelo toque de Percílio.

Referências

ALCOCK, John. **Comportamento animal: uma abordagem evolutiva**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ANDERSON, David. Evolution of obligate siblicide in boobies: 2 Food limitation and parent-offspring conflict. **Evolution**, v. 4, n. 8, p. 2069-2082, 1990.

DESPRET, Vinciane. **Histórias e subjetividades em etologia**. In: VIANNA, B. *Biologia da libertação: ciência, diversidade e responsabilidade*. Belo Horizonte: Mazza, 2008. p. 65-69.

DESPRET, Vinciane. **What would animals say if we asked the right questions?** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.

GOULD, Stephen Jay. O anel de guano. In: GOULD, Stephen Jay. **A galinha e seus dentes e outras reflexões sobre história natural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 45-54.

INGOLD, T. **Por que quatro porquês?** In: VIANNA, B. *Biologia da libertação: ciência, diversidade e responsabilidade*. Belo Horizonte: Mazza, 2008. p. 86-94.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA, 2012.

LATOURE, Bruno. Foreword: The scientific fables of an empirical La Fontaine. In: DESPRET, Vinciane. **What would animals say if we asked the right questions?** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016, p. vii-xiv.

LORENZ, Konrad. **Evolução e modificação do comportamento**. Rio de Janeiro: Interciência, 1986.

LORENZ, Konrad. **Os fundamentos da etologia**. São Paulo: UNESP, 1995.

LYTHGOE, Robert. **The effects of social experience and inductive procedure on tonic immobility in domestic chicks**. 1976. Tese (Master of Science). Virginia State University, Blacksburg, Virginia.

MASER, Jack; GALLUP, Gordon, Jr. Tonic immobility and related phenomena: a partially annotated, tricentennial bibliography, 1636-1976. **The Psychological Record**, v. 1, p. 177-217, 1977.

MATURANA, Humberto. *Biologia da linguagem: a epistemologia da realidade*. In: MAGRO, C.; GRACIANO, M.; VAZ, N. (Orgs.). **Humberto Maturana: A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1997. ps. 123-166.

SIGRIST, Tomas. Avifauna brasileira. São Paulo: Avis Brasilis, 2013.

SLUCKIN, Wladislaw. **Imprinting and early learning**. New Jersey: Aldine, 2009.

TINBERGEN, Niko. **The Study of Instinct**. Oxford, Clarendon Press, 1951.

VIANNA, Beto. Co-ontogenia: una aproximación sistémica al lenguaje. **Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 6, n. 2, p. 135-158, 2011.

VIANNA, Beto. Escutar (o) não humano: mais coisas entre o céu e a terra do que sonham nossos signos linguísticos. **Revista Ambivalências**, v. 5, n. 10, p. 82-104, 2017.

VIANNA, Beto; MAIA, Ugo. Apresentação - Dossiê Socialidades específicas: os outros sócios do humano. **Revista Ambivalências**, v. 5, n. 10, p. 4-21, 2017.

XIANG, Hai et al. Early Holocene chicken domestication in northern China. *PNAS*, v. 111, n. 49, ps. 17337-17338, 2014.